



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
DIRETORIA DE COMPRAS

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 23070.002035/2023-50

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023 – SRP

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

0.1. REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação eventual de empresa para prestação de serviços laboratoriais (exames de análises clínicas, tais como: como dosagens hormonais, bioquímicas, sorológicas, toxicológicas, dentre outros), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e respectivo edital.

0.1.1. Na Tabela abaixo seguem os detalhes dos itens desta licitação:

Tabela 01: Grupo 01: Exames Laboratoriais

ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÕES
1	UNIDADE	125	CADEIAS LEVES LAMBDA, PESQUISA- SORO E URINA
2	UNIDADE	30	EXAME, LABORATORIAL, BACILOSCOPIA DIRETA PARA BAAR
3	UNIDADE	450	EXAME, LABORATORIAL, 17-OH-PROGESTERONA
4	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, 5-NUCLEOTIDASE
5	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, ACETONA
6	UNIDADE	150	EXAME, LABORATORIAL, ÁCIDO FÓLICO (FOLATO)
7	UNIDADE	30	EXAME, LABORATORIAL, ÁCIDO HIPÚRICO
8	UNIDADE	100	EXAME, LABORATORIAL, ÁCIDO LÁTICO (LACTATO)
9	UNIDADE	450	EXAME, LABORATORIAL, ÁCIDO ÚRICO - SORO E URINA
10	UNIDADE	50	EXAME, LABORATORIAL, ÁCIDO VALPRÓICO
11	UNIDADE	15	EXAME, LABORATORIAL, ÁCIDO VANILMANDÉLICO
12	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, ÁCIDOS ORGÂNICOS - DOSAGEM E/OU FRACIONAMENTO
13	UNIDADE	170	EXAME, LABORATORIAL, ACTH (HORMÔNIO ADRENOCORTICOTRÓFICO)
14	UNIDADE	40	EXAME, LABORATORIAL, ALDOLASE
15	UNIDADE	150	EXAME, LABORATORIAL, ALDOSTERONA
16	UNIDADE	80	EXAME, LABORATORIAL, ALFA-1-ANTITRIPSINA
17	UNIDADE	20	EXAME, LABORATORIAL, ALFA-1-GLICOPROTEÍNA ÁCIDA
18	UNIDADE	30	EXAME, LABORATORIAL, ALFA-2-MACROGLOBULINA
19	UNIDADE	380	EXAME, LABORATORIAL, ALFA-FETOPROTEÍNA (AFP)
20	UNIDADE	40	EXAME, LABORATORIAL, ALUMÍNIO
21	UNIDADE	130	EXAME, LABORATORIAL, AMILASE
22	UNIDADE	30	EXAME, LABORATORIAL, AMINOÁCIDOS NA URINA - PESQUISA
23	UNIDADE	40	EXAME, LABORATORIAL, AMÔNIA
24	UNIDADE	1000	EXAME, LABORATORIAL, ANÁLISE DE CARACTERES FÍSICOS ELEMENTOS E SEDIMENTO NA URINA (EAS)
25	UNIDADE	190	EXAME, LABORATORIAL, ANDROSTENEDIONA
26	UNIDADE	20	EXAME, LABORATORIAL, ANFETAMINAS - QUANTIFICAÇÃO
27	UNIDADE	20	EXAME, LABORATORIAL, ANTI AMEBAS
28	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, ANTI BRUCELAS IGG (BRUCELOSE)
29	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, ANTI BRUCELAS IGM (BRUCELOSE)
30	UNIDADE	500	EXAME, LABORATORIAL, ANTI CARDIOLIPINA IGG
31	UNIDADE	500	EXAME, LABORATORIAL, ANTI CARDIOLIPINA IGM
32	UNIDADE	20	EXAME, LABORATORIAL, ANTI CÉLULAS DO FÍGADO
33	UNIDADE	50	EXAME, LABORATORIAL, ANTI CÉLULAS PARIETAIS
34	UNIDADE	20	EXAME, LABORATORIAL, ANTI CISTICERCOSE - PESQUISA
35	UNIDADE	380	EXAME, LABORATORIAL, ANTI CITOMEGALOVÍRUS IGG
36	UNIDADE	380	EXAME, LABORATORIAL, ANTI CITOMEGALOVÍRUS IGM
37	UNIDADE	630	EXAME, LABORATORIAL, ANTI CLAMÍDIA IGG - SANGUE E URINA
38	UNIDADE	380	EXAME, LABORATORIAL, ANTI CLAMÍDIA IGM - SANGUE E URINA
39	UNIDADE	20	EXAME, LABORATORIAL, ANTI CORTEX SUPRA-RENAL
40	UNIDADE	570	EXAME, LABORATORIAL, ANTI DNA NATIVO, DUPLA HÉLICE
41	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, ANTI ENDOMÍLIO IGA
42	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, ANTI ENDOMÍLIO IGG, IGM
43	UNIDADE	370	EXAME, LABORATORIAL, ANTI EPSTEIN BARR IGG
44	UNIDADE	370	EXAME, LABORATORIAL, ANTI EPSTEIN BARR IGM
45	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, ANTI EQUINOCOCOS
46	UNIDADE	60	EXAME, LABORATORIAL, ANTI ESCLERODERMA, SCL 70
47	UNIDADE	15	EXAME, LABORATORIAL, ANTI ESPERMATOZÓIDES
48	UNIDADE	20	EXAME, LABORATORIAL, ANTI ESTREPTOCOCCUS
49	UNIDADE	30	EXAME, LABORATORIAL, ANTI GLIADINA IGG, IGA, IGM
50	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, ANTI GLOMÉRULO

51	UNIDADE	250	EXAME, LABORATORIAL, ANTI HAV-IGG (ANTI HEPATITE A IGG)
52	UNIDADE	250	EXAME, LABORATORIAL, ANTI HAV-IGM (ANTI HEPATITE A IGM)
53	UNIDADE	630	EXAME, LABORATORIAL, ANTI HBC IGG
54	UNIDADE	360	EXAME, LABORATORIAL, ANTI HBC IGM
55	UNIDADE	315	EXAME, LABORATORIAL, ANTI HBE
56	UNIDADE	630	EXAME, LABORATORIAL, ANTI HBS
57	UNIDADE	630	EXAME, LABORATORIAL, ANTI HCV (ANTI HEPATITE C TOTAL)
58	UNIDADE	15	EXAME, LABORATORIAL, ANTI HELICOBACTER PYLORI IGG
59	UNIDADE	15	EXAME, LABORATORIAL, ANTI HELICOBACTER PYLORI IGM
60	UNIDADE	300	EXAME, LABORATORIAL, ANTI HERPES SIMPLES I E II IGG
61	UNIDADE	300	EXAME, LABORATORIAL, ANTI HERPES SIMPLES I E II IGM
62	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, ANTI HETERÓFILOS
63	UNIDADE	30	EXAME, LABORATORIAL, ANTI HISTOPLASMA
64	UNIDADE	500	EXAME, LABORATORIAL, ANTI HIV-1 + 2
65	UNIDADE	1500	EXAME, LABORATORIAL, ANTI HTLV-1 + HTLV-2
66	UNIDADE	65	EXAME, LABORATORIAL, ANTI ILHOTA DE LANGERHANS
67	UNIDADE	170	EXAME, LABORATORIAL, ANTI INSULINA
68	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, ANTI LEPTOSPIROSE
69	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, ANTI LISTERIA - PESQUISA (LISTERIOSE, REAÇÃO DE AGLUTINAÇÃO POR ANTÍ
70	UNIDADE	30	EXAME, LABORATORIAL, ANTI MICROSSOMAL
71	UNIDADE	190	EXAME, LABORATORIAL, ANTI MITOCONDRIA
72	UNIDADE	15	EXAME, LABORATORIAL, ANTI MÚSCULO ESTRIADO
73	UNIDADE	190	EXAME, LABORATORIAL, ANTI MÚSCULO LISO
74	UNIDADE	25	EXAME, LABORATORIAL, ANTI NEUTRÓFILOS C ANCA
75	UNIDADE	25	EXAME, LABORATORIAL, ANTI NEUTRÓFILOS P ANCA
76	UNIDADE	20	EXAME, LABORATORIAL, ANTI NÚCLEO
77	UNIDADE	250	EXAME, LABORATORIAL, ANTI NÚCLEO, NUCLÉOLO, CITOPLASMA E APARELHO MITÓTICO (FAN-HEP2)
78	UNIDADE	380	EXAME, LABORATORIAL, ANTI PEROXIDASE (ANTI TPO)
79	UNIDADE	50	EXAME, LABORATORIAL, ANTI RNA
80	UNIDADE	315	EXAME, LABORATORIAL, ANTI RNP
81	UNIDADE	490	EXAME, LABORATORIAL, ANTI RUBÉOLA IGG
82	UNIDADE	490	EXAME, LABORATORIAL, ANTI RUBÉOLA IGM
83	UNIDADE	50	EXAME, LABORATORIAL, ANTI SARAMPO IGG
84	UNIDADE	50	EXAME, LABORATORIAL, ANTI SARAMPO IGM
85	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, ANTI SCHISTOSSOMA
86	UNIDADE	450	EXAME, LABORATORIAL, ANTI SM
87	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, ANTI SPOROTRIX SCHENICII
88	UNIDADE	480	EXAME, LABORATORIAL, ANTI SSA/RO
89	UNIDADE	450	EXAME, LABORATORIAL, ANTI SSB/LA
90	UNIDADE	380	EXAME, LABORATORIAL, ANTI TIREOGLOBULINA (ANTI-TG)
91	UNIDADE	380	EXAME, LABORATORIAL, ANTI TOXOPLASMOSE IGG
92	UNIDADE	380	EXAME, LABORATORIAL, ANTI TOXOPLASMOSE IGM
93	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, ANTI TRANSGLUTAMINASE IGA
94	UNIDADE	180	EXAME, LABORATORIAL, ANTI TROMBINA III - DOSAGEM
95	UNIDADE	150	EXAME, LABORATORIAL, ANTI TRYPANOSSOMA CRUZI IGG
96	UNIDADE	130	EXAME, LABORATORIAL, ANTI TRYPANOSSOMA CRUZI IGM
97	UNIDADE	380	EXAME, LABORATORIAL, ANTI TRYPANOSSOMA CRUZY (CHAGAS)
98	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, ANTI TSH
99	UNIDADE	120	EXAME, LABORATORIAL, ANTI VARICELA HERPES ZOSTER IGG
100	UNIDADE	120	EXAME, LABORATORIAL, ANTI VARICELA HERPES ZOSTER IGM
101	UNIDADE	150	EXAME, LABORATORIAL, ANTIBIOGRAMA
102	UNIDADE	20	EXAME, LABORATORIAL, ANTIBIOGRAMA PARA MICOBACTÉRIAS
103	UNIDADE	20	EXAME, LABORATORIAL, ANTICOAGULANTE CIRCULANTES
104	UNIDADE	320	EXAME, LABORATORIAL, ANTICOAGULANTE LÚPICO
105	UNIDADE	20	EXAME, LABORATORIAL, ANTIDEPRESSIVOS TRICÍCLICOS - QUANTIFICAÇÃO
106	UNIDADE	250	EXAME, LABORATORIAL, ANTIESTREPTOLISINA O (ASO)
107	UNIDADE	30	EXAME, LABORATORIAL, BACTERIOSCOPIA (GRAM)
108	UNIDADE	200	EXAME, LABORATORIAL, BARR PESQUISA DIVERSOS
109	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, BENZODIAZEPÍNICOS
110	UNIDADE	280	EXAME, LABORATORIAL, BETA-2-MICROGLOBULINA
111	UNIDADE	450	EXAME, LABORATORIAL, BILIRRUBINA TOTAL E FRAÇÕES
112	UNIDADE	125	EXAME, LABORATORIAL, CADEIAS LEVES KAPPA, PESQUISA SORO E URINA
113	UNIDADE	15	EXAME, LABORATORIAL, CADMIO
114	UNIDADE	250	EXAME, LABORATORIAL, CÁLCIO IONIZÁVEL
115	UNIDADE	250	EXAME, LABORATORIAL, CALCIO TOTAL SORO E URINA
116	UNIDADE	50	EXAME, LABORATORIAL, CALCITONINA
117	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, CÁLCULOS URINÁRIOS - EXAME QUALITATIVO
118	UNIDADE	125	EXAME, LABORATORIAL, CAPACIDADE DE FIXAÇÃO DO FERRO
119	UNIDADE	50	EXAME, LABORATORIAL, CARBAMAZEPINA
120	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, CARBOXY-HEMOGLOBINA
121	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, CAROTENO
122	UNIDADE	125	EXAME, LABORATORIAL, CEA - ANTÍGENO CARCINOEMBRIOGÊNICO
123	UNIDADE	75	EXAME, LABORATORIAL, CÉLULAS LE - PESQUISA
124	UNIDADE	140	EXAME, LABORATORIAL, CERULOPLASMINA
125	UNIDADE	190	EXAME, LABORATORIAL, CH50
126	UNIDADE	50	EXAME, LABORATORIAL, CHUMBO
127	UNIDADE	40	EXAME, LABORATORIAL, CICLOSPORINA
128	UNIDADE	25	EXAME, LABORATORIAL, CISTINA NA URINA - PESQUISA

129	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, CITOLOGIA PARA CLAMÍDIA - SANGUE, URINA
130	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, CITOPATOLOGIA CÉRVICO-VAGINAL
131	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, CITRATO - SANGUE E URINA
132	UNIDADE	70	EXAME, LABORATORIAL, CLEARANCE DE CREATININA
133	UNIDADE	15	EXAME, LABORATORIAL, CLEARANCE DE FOSFATO
134	UNIDADE	15	EXAME, LABORATORIAL, CLEARANCE DE UREIA
135	UNIDADE	110	EXAME, LABORATORIAL, CLORETO
136	UNIDADE	320	EXAME, LABORATORIAL, COBRE - SANGUE E URINA
137	UNIDADE	750	EXAME, LABORATORIAL, COLESTEROL HDL
138	UNIDADE	750	EXAME, LABORATORIAL, COLESTEROL LDL
139	UNIDADE	750	EXAME, LABORATORIAL, COLESTEROL TOTAL
140	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, COLINESTERASE
141	UNIDADE	450	EXAME, LABORATORIAL, COMPLEMENTO C3
142	UNIDADE	450	EXAME, LABORATORIAL, COMPLEMENTO C4
143	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, CONTAGEM ESPECÍFICA DE CÉLULAS NO LÍQUOR
144	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, CONTAGEM GLOBAL DE CÉLULAS NO LÍQUOR
145	UNIDADE	100	EXAME, LABORATORIAL, COOMBS DIRETO
146	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, COOMBS INDIRETO
147	UNIDADE	15	EXAME, LABORATORIAL, COPROCULTURA
148	UNIDADE	250	EXAME, LABORATORIAL, COPROLOGIA FUNCIONAL
149	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, CORPÚSCULOS DE HEINZ - PESQUISA
150	UNIDADE	250	EXAME, LABORATORIAL, CORTISOL
151	UNIDADE	20	EXAME, LABORATORIAL, CORTISOL SALIVAR
152	UNIDADE	450	EXAME, LABORATORIAL, CREATININA SORO E URINA
153	UNIDADE	250	EXAME, LABORATORIAL, CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)
154	UNIDADE	140	EXAME, LABORATORIAL, CREATINOFOSFOQUINASE FRAÇÕES CK MB
155	UNIDADE	15	EXAME, LABORATORIAL, CRIOAGLUTININA
156	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, CRIOGLOBULINAS - PESQUISA
157	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, CROMATOGRAFIA DE AÇÚCARES
158	UNIDADE	100	EXAME, LABORATORIAL, CROMATOGRAFIA DE AMINOÁCIDOS
159	UNIDADE	500	EXAME, LABORATORIAL, CULTURA DE BACTÉRIAS PARA IDENTIFICAÇÃO
160	UNIDADE	150	EXAME, LABORATORIAL, CULTURA PARA BAAR
161	UNIDADE	50	EXAME, LABORATORIAL, CULTURA PARA IDENTIFICAÇÃO DE FUNGOS
162	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, CURVA DE RESISTÊNCIA GLOBULAR OSMÓTICA
163	UNIDADE	330	EXAME, LABORATORIAL, DEHIDROTESTOSTERONA (DHT)
164	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, DESIDROGENASE GLUTÂMICA
165	UNIDADE	70	EXAME, LABORATORIAL, DESIDROGENASE LÁTICA
166	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, DESIDROGENASE LÁTICA (ISOENZIMAS FRACIONADAS)
167	UNIDADE	320	EXAME, LABORATORIAL, DHEA-DEHIDROEPIANDROSTERONA
168	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, DIGITÁLICOS (DIGOXINA, DIGITOXINA)
169	UNIDADE	30	EXAME, LABORATORIAL, DISMORFISMO ERITROCITÁRIO
170	UNIDADE	380	EXAME, LABORATORIAL, ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA
171	UNIDADE	15	EXAME, LABORATORIAL, ELETROFORESE DE LIPOPROTEÍNAS
172	UNIDADE	15	EXAME, LABORATORIAL, ELETROFORESE DE PROTEÍNAS COM CONCENTRAÇÃO NO LÍQUOR
173	UNIDADE	1500	EXAME, LABORATORIAL, ELETROFORESE DE PROTEÍNAS SÉRICAS
174	UNIDADE	100	EXAME, LABORATORIAL, ELETROFORESE DE PROTEÍNAS URINÁRIAS
175	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, ENZIMAS ERITROCITÁRIAS (CADA)
176	UNIDADE	30	EXAME, LABORATORIAL, ESPERMATOZÓIDES APÓS VASECTOMIA - PESQUISA
177	UNIDADE	50	EXAME, LABORATORIAL, ESPERMOGRAMA COMPLETO
178	UNIDADE	380	EXAME, LABORATORIAL, ESTRADIOL, E2
179	UNIDADE	150	EXAME, LABORATORIAL, ESTRÍOL, E3
180	UNIDADE	280	EXAME, LABORATORIAL, ESTRONA, E1
181	UNIDADE	15	EXAME, LABORATORIAL, FATOR II
182	UNIDADE	15	EXAME, LABORATORIAL, FATOR IX
183	UNIDADE	250	EXAME, LABORATORIAL, FATOR REUMATOIDE
184	UNIDADE	80	EXAME, LABORATORIAL, FATOR V
185	UNIDADE	15	EXAME, LABORATORIAL, FATOR VII
186	UNIDADE	30	EXAME, LABORATORIAL, FATOR VIII
187	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, FATOR VIII (INIBIDOR)
188	UNIDADE	50	EXAME, LABORATORIAL, FATOR VON WILLEBRAND (ANTÍGENO)
189	UNIDADE	15	EXAME, LABORATORIAL, FATOR X
190	UNIDADE	15	EXAME, LABORATORIAL, FATOR XI
191	UNIDADE	15	EXAME, LABORATORIAL, FATOR XII
192	UNIDADE	30	EXAME, LABORATORIAL, FATOR XIII
193	UNIDADE	50	EXAME, LABORATORIAL, FENIL-CETONA NA URINA (FENILCETONÚRIA) - PESQUISA
194	UNIDADE	20	EXAME, LABORATORIAL, FENOBARBITAL (BARBITURATOS)
195	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, FENOL
196	UNIDADE	250	EXAME, LABORATORIAL, FERRITINA
197	UNIDADE	420	EXAME, LABORATORIAL, FERRO SÉRICO
198	UNIDADE	200	EXAME, LABORATORIAL, FIBRINOGENIO
199	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, FOSFATASE ÁCIDA TOTAL
200	UNIDADE	250	EXAME, LABORATORIAL, FOSFATASE ALCALINA
201	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, FOSFATASE ALCALINA NO ESPERMA
202	UNIDADE	130	EXAME, LABORATORIAL, FOSFORO SORO E URINA
203	UNIDADE	30	EXAME, LABORATORIAL, FRAÇÃO PROSTÁTICA DA FOSFATASE ÁCIDA
204	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, FRUTOSE NA URINA - PESQUISA
205	UNIDADE	500	EXAME, LABORATORIAL, FSH - HORMÔNIO FOLÍCULO-ESTIMULANTE
206	UNIDADE	1250	EXAME, LABORATORIAL, FTA-ABS IGG

207	UNIDADE	1250	EXAME, LABORATORIAL, FTA-ABS IGM
208	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, GALACTOSE
209	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, GALACTOSE NA URINA - PESQUISA
210	UNIDADE	20	EXAME, LABORATORIAL, GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASES (GAMA GT)
211	UNIDADE	50	EXAME, LABORATORIAL, GASTRINA
212	UNIDADE	750	EXAME, LABORATORIAL, GLICOSE
213	UNIDADE	70	EXAME, LABORATORIAL, GLICOSE-6-FOSFATO DESIDROGENASE (6-GPD)
214	UNIDADE	20	EXAME, LABORATORIAL, GLOBULINA TRANSPORTADORA DE TIROXINA
215	UNIDADE	65	EXAME, LABORATORIAL, GONADOTROFINA CORIÔNICA HUMANA (βHCG) - QUANTITATIVA
216	UNIDADE	15	EXAME, LABORATORIAL, GORDURA FECAL - DOSAGEM
217	UNIDADE	90	EXAME, LABORATORIAL, GORDURA FECAL - PESQUISA
218	UNIDADE	70	EXAME, LABORATORIAL, HAPTOGLOBINA
219	UNIDADE	400	EXAME, LABORATORIAL, HBeAG
220	UNIDADE	625	EXAME, LABORATORIAL, HBSAG
221	UNIDADE	15	EXAME, LABORATORIAL, HEMOCULTURA
222	UNIDADE	15	EXAME, LABORATORIAL, HEMOGLOBINA FETAL- PESQUISA
223	UNIDADE	100	EXAME, LABORATORIAL, HEMOGLOBINA GLICADA (HbA1C)
224	UNIDADE	50	EXAME, LABORATORIAL, HEMOGLOBINA GLICADA POR HPLC
225	UNIDADE	20	EXAME, LABORATORIAL, HEMOGLOBINA S - PESQUISA
226	UNIDADE	1250	EXAME, LABORATORIAL, HEMOGRAMA COMPLETO
227	UNIDADE	125	EXAME, LABORATORIAL, HGH - HORMÔNIO DO CRESCIMENTO
228	UNIDADE	70	EXAME, LABORATORIAL, HOMOCISTINA NA URINA - PESQUISA
229	UNIDADE	50	EXAME, LABORATORIAL, IDENTIFICAÇÃO DE GLICÍDIOS URINÁRIOS POR CROMATOGRAFIA
230	UNIDADE	380	EXAME, LABORATORIAL, IGE ESPECÍFICA
231	UNIDADE	125	EXAME, LABORATORIAL, IGE MULTIPLA
232	UNIDADE	200	EXAME, LABORATORIAL, IMUNOELETOFORESE DE PROTEÍNAS
233	UNIDADE	315	EXAME, LABORATORIAL, IMUNOGLOBULINA A (IGA)
234	UNIDADE	670	EXAME, LABORATORIAL, IMUNOGLOBULINA E (IGE)
235	UNIDADE	90	EXAME, LABORATORIAL, IMUNOGLOBULINA G (IGG)
236	UNIDADE	190	EXAME, LABORATORIAL, IMUNOGLOBULINA M (IGM)
237	UNIDADE	20	EXAME, LABORATORIAL, ÍNDICE DE TIROXINA LIVRE
238	UNIDADE	30	EXAME, LABORATORIAL, INIBIDOR DE C1-ESTERASE
239	UNIDADE	625	EXAME, LABORATORIAL, INSULINA
240	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, LACTOSE NA URINA - PESQUISA
241	UNIDADE	20	EXAME, LABORATORIAL, LEUCINO-AMINOPEPTIDASE
242	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, LEUCÓCITOS NAS FEZES - PESQUISA
243	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, LEVEDURAS NAS FEZES - PESQUISA
244	UNIDADE	380	EXAME, LABORATORIAL, LH - HORMÔNIO LUTEINIZANTE
245	UNIDADE	400	EXAME, LABORATORIAL, LIPASE
246	UNIDADE	170	EXAME, LABORATORIAL, LÍTIO
247	UNIDADE	250	EXAME, LABORATORIAL, MAGNÉSIO - SORO E URINA
248	UNIDADE	25	EXAME, LABORATORIAL, MERCÚRIO
249	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, META-HEMOGLOBINA
250	UNIDADE	130	EXAME, LABORATORIAL, MICROALBUMINÚRIA
251	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, MICROBIOLOGIA A FRESCO (DIRETO)
252	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, OSMOLARIDADE - SORO E URINA
253	UNIDADE	200	EXAME, LABORATORIAL, OXALATO SANGUE E URINA
254	UNIDADE	250	EXAME, LABORATORIAL, PARASITOLÓGICO DE FEZES
255	UNIDADE	630	EXAME, LABORATORIAL, PARATORMÔNIO (PTH)
256	UNIDADE	570	EXAME, LABORATORIAL, PEPTÍDIO C
257	UNIDADE	30	EXAME, LABORATORIAL, PESQUISA DE ANTICORPOS HETEROFILOS CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR (MON
258	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, PESQUISA DE ERROS INATOS DO METABOLISMO (TESTE DO PEZINHO)
259	UNIDADE	50	EXAME, LABORATORIAL, PESQUISA DE FUNGOS
260	UNIDADE	30	EXAME, LABORATORIAL, PESQUISA/DOSAGEM DE AMINOACIDOS POR CROMATOGRAFIA
261	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, PIRUVATO
262	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, PORFIRINAS - SANGUE, URINA, FEZES
263	UNIDADE	80	EXAME, LABORATORIAL, POTÁSSIO - SORO E URINA
264	UNIDADE	630	EXAME, LABORATORIAL, PROGESTERONA
265	UNIDADE	630	EXAME, LABORATORIAL, PROLACTINA
266	UNIDADE	500	EXAME, LABORATORIAL, PROTEÍNA C REATIVA
267	UNIDADE	250	EXAME, LABORATORIAL, PROTEÍNAS TOTAIS E FRAÇÕES
268	UNIDADE	70	EXAME, LABORATORIAL, PROTEINÚRIA
269	UNIDADE	630	EXAME, LABORATORIAL, PSA (ANTÍGENO PROSTATICO ESPECIFICO)
270	UNIDADE	630	EXAME, LABORATORIAL, PSA LIVRE (ANTÍGENO PROSTÁTICO ESPECÍFICO LIVRE)
271	UNIDADE	170	EXAME, LABORATORIAL, RENINA
272	UNIDADE	50	EXAME, LABORATORIAL, RETENÇÃO DE T3
273	UNIDADE	250	EXAME, LABORATORIAL, RETICULÓCITOS
274	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, SALICILATOS
275	UNIDADE	380	EXAME, LABORATORIAL, SANGUE OCULTO NAS FEZES - PESQUISA
276	UNIDADE	400	EXAME, LABORATORIAL, SDHEA - SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERONA
277	UNIDADE	70	EXAME, LABORATORIAL, SEROTONINA (ÁCIDO 5-HIDRÓXI-INDOL-ACÉTICO)
278	UNIDADE	250	EXAME, LABORATORIAL, SÓDIO - SORO E URINA
279	UNIDADE	340	EXAME, LABORATORIAL, SOMATOMEDINA C (IGF1)
280	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, SUBSTÂNCIAS REDUTORAS NAS FEZES - PESQUISA
281	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, SULFATOS
282	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, SULFO-HEMOGLOBINA
283	UNIDADE	50	EXAME, LABORATORIAL, T3 LIVRE - TRIIODOTIRONINA
284	UNIDADE	25	EXAME, LABORATORIAL, T3 REVERSO

285	UNIDADE	300	EXAME, LABORATORIAL, T3 TOTAL - TRIIODOTIRONINA
286	UNIDADE	1000	EXAME, LABORATORIAL, T4 LIVRE - TIROXINA LIVRE
287	UNIDADE	250	EXAME, LABORATORIAL, T4 TOTAL - TIROXINA
288	UNIDADE	80	EXAME, LABORATORIAL, TEMPO DE TROMBINA
289	UNIDADE	130	EXAME, LABORATORIAL, TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTPA)
290	UNIDADE	130	EXAME, LABORATORIAL, TEMPO E ATIVIDADE DE PROTROMBINA (TAP)
291	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, TESTE DE AGREGAÇÃO DE PLAQUETAS
292	UNIDADE	10	EXAME, LABORATORIAL, TESTE DE HAM (HEMÓLISE ÁCIDA)
293	UNIDADE	630	EXAME, LABORATORIAL, TESTOSTERONA
294	UNIDADE	630	EXAME, LABORATORIAL, TESTOSTERONA LIVRE
295	UNIDADE	200	EXAME, LABORATORIAL, TIREOGLOBULINA
296	UNIDADE	630	EXAME, LABORATORIAL, TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)
297	UNIDADE	630	EXAME, LABORATORIAL, TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)
298	UNIDADE	100	EXAME, LABORATORIAL, TRANSFERRINA
299	UNIDADE	750	EXAME, LABORATORIAL, TRIGLICERÍDEOS
300	UNIDADE	40	EXAME, LABORATORIAL, TRIPTOFANO
301	UNIDADE	50	EXAME, LABORATORIAL, TROPONINA
302	UNIDADE	1000	EXAME, LABORATORIAL, TSH - HORMÔNIO TIREOESTIMULANTE
303	UNIDADE	630	EXAME, LABORATORIAL, URÉIA
304	UNIDADE	500	EXAME, LABORATORIAL, VDRL
305	UNIDADE	500	EXAME, LABORATORIAL, VITAMINA B12
306	UNIDADE	240	EXAME, LABORATORIAL, VITAMINA C (ACIDO ASCÓRBICO)
307	UNIDADE	630	EXAME, LABORATORIAL, VITAMINA D (25-HIDRÓXI-VITAMINA D)
308	UNIDADE	1300	EXAME, LABORATORIAL, ZINCO

**NOTA:**

<sup>1</sup>- Valores unitários máximos aceitáveis foram levantados considerando os Valores da Tabela SIGTAP (TABELA SUS) (fonte: Sistema de gerenciamento da Tabela de procedimentos, medicamentos e OMP do SUS, disponível em: <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp>)

**OBSERVAÇÕES:**

- I - Caso ocorra alguma divergência entre as especificações técnicas constantes na tabela com aquelas lançadas no sistema eletrônico (Comprasnet), prevalecerá o constante neste instrumento.
- II - A proponente deverá cotar todos os itens que compõe o grupo ofertado, sob pena de desclassificação automática da proposta.
- III - Serão pagos somente os quantitativos efetivamente solicitados e entregues durante o período 12 (doze) meses (período de validade da ata de registro de preços).
- IV - Os preços médios unitários de cada item ofertado deverão ser iguais ou inferiores àqueles constantes da Coluna denominada "Valores unitários máximos aceitáveis", sob pena de desclassificação da proposta de preços, após esgotada a fase de negociação entre o(a) pregoeiro(a) e o representante da licitante.
- V - Em caso de falta de condições para a realização dos exames, mesmo que temporariamente, a empresa vencedora (Laboratório) será responsável por garantir entrega dos resultados no prazo exigido (05 dias corridos), sem custas adicionais para a Contratante.
- VI - No momento da assinatura da Ata de Registro de Preços a proponente terá que comprovar que possui sua SEDE ou FILIAL na Região Metropolitana de Goiânia. A comprovação será através do Alvará de Funcionamento da Sede ou da Filial expedido pelo órgão competente de um dos Municípios que compõem a Grande Goiânia. O documento deverá ser encaminhado para os seguintes e-mails: [romulorochaufg@gmail.com](mailto:romulorochaufg@gmail.com) e [ccont.dcom@ufg.br](mailto:ccont.dcom@ufg.br).
- VII - Informações complementares poderão ser solicitadas junto à Faculdade de Farmácia - FF/UFG, Laboratório Rômulo Rocha, e-mail: [romulorochaufg@gmail.com](mailto:romulorochaufg@gmail.com), responsável: Thalyta Renata Araujo Santos, Coordenadora do Laboratório Rômulo Rocha - FF/UFG.

**2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1.A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.3. Esta licitação, na modalidade pregão em sua forma eletrônica, será processada pelo sistema de registro de preços. O registro de preços visa atender à dificuldade de prever, com exatidão, as quantidades que serão consumidas ao longo de 12 (doze) meses. Ainda corrobora para a realização das aquisições através dos preços registrados a previsão legal constante dos incisos I e IV, do art. 3º, do Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, quais sejam:

Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços – SRP poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou Material, houver necessidade de contratações frequentes;

(...)

IV – quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. grifos nossos.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

4.1. Trata-se de serviço comum, não continuado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

**5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
- 5.1.1. Alvará/Licença Sanitária do Município Sede da proponente emitido pela Vigilância Sanitária Local;
- 5.1.2. Registro e Certidão de Regularidade do Responsável técnico no respectivo Conselho de classe;
- 5.1.3. Registro do Laboratório no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES);
- 5.1.4. Relação Explícita e Declaração Formal de infraestrutura disponível necessária para atender ao serviço;
- 5.1.5. Atestado de Capacidade Técnica disponível para atender o serviço;
- 5.1.6. Fornecer ao Laboratório Rômulo Rocha cópia dos procedimentos operacionais padrão (POP) referente à: Retirada, transporte, recebimento, triagem, separação das amostras e realização dos exames terceirizados do Laboratório Rômulo Rocha, e procedimentos para emissão e entrega dos resultados;
- 5.1.7. Enviar listagem completa dos exames realizados com os respectivos procedimentos para coleta, como o tipo de tubos (anticoagulantes) em que devem ser coletados e os demais cuidados (protegido da luz, congelado) que devem ser tomados. Informar previamente o Laboratório Rômulo Rocha sempre que houver alterações no modo de coleta para qualquer exame;
- 5.1.8. Designar um funcionário responsável pelo atendimento ao Laboratório Rômulo Rocha, sem caráter de exclusividade, sempre que necessário para solucionar problemas urgentes em relação a coletas e liberação de resultados.
- 5.1.9. Todos os exames devem ser realizados com a qualidade exigida na legislação, com uso de reagente aprovados e registrados pela Anvisa, uso de metodologias certificadas, uso diário de controles interno e externos de qualidade e realizados e liberados por profissionais capacitados. O transporte adequado das amostras deve assegurar a segurança dos profissionais envolvidos e a qualidade das amostras, como transporte em caixa térmica com temperatura monitorada;
- 5.1.10. Emissão de todos os laudos impressos em papel timbrado do Laboratório Contratado, com nome completo do paciente, data de nascimento, data da coleta e da liberação, assinado por profissional habilitado, de forma a garantir a autenticidade e a integridade do laudo emitido, e de acordo com a RDC 302/2005 e RDC 30/2015 da Anvisa
- 5.1.11. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço;
- 5.1.12. Nos valores ofertados para a prestação dos serviços deverão estar inclusos todos os custos diretos ou indiretos, tais como salários, mão-de-obra, equipamentos, materiais, custos e despesas operacionais, tributos, encargos sociais, transporte de amostras e resultados, dentre outros inerentes à realização dos exames;
- 5.1.13. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR.

## 6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 6.1. A Contratada deverá apresentar Certificação de sustentabilidade ambiental comprovando que cumpre na execução de suas atividades a legislação federal de sustentabilidade ambiental brasileira, podendo alternativamente cumprir este requisito por meio do preenchimento de Declaração de Sustentabilidade Ambiental conforme modelo que constar do edital da licitação.

## 7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

- 7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante **poderá** realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim.
- 7.2. As visitas deverão ser agendadas previamente através do telefone (62) 32096446 ou pelo e-mail: romulorochau@gmail.com, responsável: Thalyta Renata Araújo Santos, coordenadora do Laboratório Rômulo Rocha.
- 7.3. Para a vistoria o licitante ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 7.4. Os fornecedores interessados em fazer vistoria facultativa deverão levar para visita preenchida em 02 (duas) vias, conforme modelo que constará do Edital Declaração de vistoria, a qual será assinada pelo representante legal da empresa e pelo servidor da UFG que acompanhar o procedimento
- 7.5. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 7.6. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## 8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 8.1.1. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços e emissão da(s) Nota(s) de Empenho, a Contratada deverá:
- 8.1.2. Retirar as amostras biológicas no Laboratório Rômulo Rocha, situado à 1ª Avenida, esquina com a Praça Universitária, Prédio da Faculdade de Farmácia – FF/UFG (térreo), diariamente (de 2ª a 6ª feira) até às 14 (quatorze) horas, ou imediatamente após aviso, quando o exame requerer urgência na realização. As amostras deverão ser retiradas em procedimento adequado (caixa térmica com temperatura monitorada diariamente).
- 8.1.3. Cadastrar no programa de computador utilizado pela própria Empresa Contratada (Laboratório) os pacientes encaminhados pelo Laboratório Rômulo Rocha e os respectivos exames a serem realizados (ou seja, o recadastro dos pacientes e dos exames a serem realizados fica sob responsabilidade da empresa contratada).
- 8.1.4. Todos os exames devem ser realizados com a qualidade exigida na legislação, com uso de reagente aprovados e registrados pela Anvisa, uso de metodologias certificadas, uso diário de controles interno e externos de qualidade e realizados e liberados por profissionais capacitados;
- 8.1.5. Emitir todos os laudos dos exames em papel timbrado pelo Laboratório, com nome completo do paciente, data de nascimento, data da coleta e da liberação, assinado por profissional habilitado, de forma a garantir a autenticidade e a integridade do laudo emitido, e de acordo com a RDC 302/2005 e RDC 30/2015 da Anvisa.
- 8.1.5.1. Entregar os laudos prontos de forma impressa no Laboratório Rômulo Rocha diariamente e também disponibilizar via internet assim que ficarem prontos, caso os pacientes tenham urgência no resultado;

### 8.2. Recebimento dos serviços

**a) Provisoriamente** - recebimento provisórios dos serviços para posterior verificação de sua conformidade com as especificações, condições e exigências constantes deste instrumento e respectivo edital.

**b) Definitivamente** – após o recebimento provisório será realizado o recebimento definitivo no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento provisório.

8.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.2.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as exigências e especificações deste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação pela Contratante, sem prejuízo da aplicação das penalidades e sem ônus adicional à Contratante.

8.2.3. Durante a validade da Ata de Registro de Preços a empresa contratada não poderá alegar a indisponibilidade para prestação dos serviços, sob pena de lhe ser aplicadas as sanções previstas no edital.

8.2.4. Se a Nota Fiscal de Serviços não for aceita pela Contratante devido a alguma divergência/irregularidades em seu preenchimento, esta será devolvida para as necessárias correções, passando a contar o prazo de pagamento a partir da data de sua reapresentação.

8.2.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar tubos TRACE sem aditivos (de coleta e de transporte), TRACE (Traços de elementos, heparina de sódio), tubo de heparina sódica, tubo de transporte seco com tampa, frasco para transporte de urina e qualquer outros tubos ou reagentes que sejam de uso exclusivo para exames realizados no Laboratório Contratado.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.2.1. A execução dos serviços será acompanhada/fiscalizada por servidor que será designado através de Portaria expedida pela Pró-Reitoria de Administração e Finanças/UFMG, o qual também atestará as Notas Fiscais de Serviços e as encaminharão para os respectivos pagamentos.

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;

10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

10.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais (como os tubos de coleta supracitados), na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.2. Recolher as amostras diariamente, de 2ª a 6ª feira, no Laboratório Rômulo Rocha em condições adequadas que garanta a segurança e qualidade das amostras;

11.3. Cadastrar os Pacientes/Exames encaminhados pelo Laboratório de Análises Clínicas Rômulo Rocha no Programa de Computador por ela utilizado;

11.4. Realizar todos os exames com a qualidade exigida na legislação, com uso de reagente aprovados e registrados pela Anvisa, uso de metodologias certificadas, uso diário de controles interno e externos de qualidade e realizados e liberados por profissionais capacitados

11.5. Comprovação mensal de que o Laboratório mantém Controle de Qualidade Interno sobre os procedimentos analíticos;

11.6. Comprovação de Certificações e/ou inscrição em Programas de Controle Externo de Qualidade;

11.7. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.8. Enviar tubos TRACE sem aditivos (de coleta e de transporte), TRACE (Traços de elementos, heparina de sódio), tubo de heparina sódica, de transporte seco, e qualquer outros tubos que sejam de uso exclusivo para exames realizados no Laboratório Contratado;

11.9. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.10. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.11. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

- 11.12. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 11.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 11.14. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 11.15. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 11.16. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.17. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 11.18. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 11.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.20. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 11.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.22. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.23. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 11.24. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.25. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.26. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 11.27. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 11.28. As interrupções programadas dos serviços deverão ser comunicadas ao CONTRATANTE com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis e somente serão realizadas com a concordância do CONTRATANTE, através de documento comprobatório (ofício, ou e-mail).

## **12. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **14. DO CONTROLE FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 14.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 14.2. A conformidade das metodologias a serem utilizadas na execução dos exames deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada das mesmas, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas;
- 14.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 14.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.
- 14.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.



14.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada, principalmente relacionado aos exames entregues em atraso.

14.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.13. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

14.13.1. Verificar o quantitativo de exames entregues fora do prazo estipulado;

14.13.2. Verificar o quantitativo de pedidos de recoletas por motivos que poderiam ser evitados, como acidente com amostras;

14.13.3. Verificar as não conformidade relacionadas aos exames terceirizados, como redação dos laudos incorretos, digitação com erros de grafia, dentre outros indicadores.

14.14. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **8. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

8.1. A execução dos serviços será acompanhada/fiscalizada por servidor que será designado através de Portaria expedida pela Pró-Reitoria de Administração e Finanças/UFG, o qual também atestará as Notas Fiscais de Serviços e as encaminharão para os respectivos pagamentos.

8.2. Durante a execução do objeto, caso seja constatado pela fiscalização, que os serviços estão sendo prestados em desacordo com os termos deste instrumento, proposta e documentação da contratada, a adjudicatária será acionada e deverá proceder, imediatamente, as devidas correções, sem qualquer ônus para a Contratante.

### **8.3. Das Ocorrências**

8.3.1. As interrupções programadas dos serviços deverão ser comunicadas ao CONTRATANTE com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis e somente serão realizadas com a concordância do CONTRATANTE, através de documento comprobatório (ofício, ou e-mail);

8.3.2. Qualquer comunicação deverá ser enviada para o email do Laboratório Rômulo Rocha: romulorochaufg@gmail.com.

8.3.3. A correta execução do serviço de realização dos exames será avaliada pelo gestor e fiscal do contrato, verificando o número de não conformidades mensalmente, como exames que não foram cadastrados, exames que atrasaram o resultados, dentre outros problemas técnicos que podem vir a ocorrer. O Laboratório Rômulo Rocha possui uma Gerência da Qualidade que coleta esses dados e quantifica para melhor acompanhamento.

## **9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar tubos TRACE sem aditivos (de coleta e de transporte), TRACE (Traços de elementos, heparina de sódio), tubo de heparina sódica, tubo de transporte seco com tampa, e qualquer outros tubos ou reagentes que sejam de uso exclusivo para exames realizados no Laboratório Contratado.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

10.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1. Cadastrar os Pacientes/Exames encaminhados pelo Laboratório de Análises Clínicas Rômulo Rocha no Programa de Computador por ela utilizado.

11.2. Comprovação mensal de que o Laboratório mantém Controle de Qualidade Interno e Externo sobre os procedimentos analíticos e de Acreditação.

11.3. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.7. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

11.8. *Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;*

11.9. *Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;*

11.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.12. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.14. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

11.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.16. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

11.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

11.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

11.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.23. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

11.23.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

11.23.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

## **12. DA SUBCONTRATAÇÃO**

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **14. DO CONTROLE FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 14.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 14.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 14.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 14.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 14.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 14.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 14.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 14.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 14.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 14.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 14.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 14.16. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 14.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 14.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 15. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

15.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.

15.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

INSTRUMENTO DE MEDICAÇÃO DE RESULTATO (IMR)	
ITEM	DESCRIÇÃO
FINALIDADE	GARANTIR A REALIZAÇÃO DE TODOS EXAMES SOLICITADOS E ENTREGA DENTRO DO PRAZO ESTIPULADO
META A CUMPRIR	REALIZAR TODOS OS EXAMES SOLICITADOS NO PRAZO ESTIPULADO
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	SISTEMA INFORMATIZADO UTILIZADO PELO LABORATÓRIO RÔMULO ROCHA/FF
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	FATURA MENSAL EMITIDA PELO LABORATÓRIO DE APOIO CONTRATADO E SISTEMA INFORMATIZADO DO LABORATÓRIO RÔMULO ROCHA/FF
PERIODICIDADE	ACOMPANHAMENTO MENSAL PELA FATURA EMITIDA
INÍCIO DE VIGÊNCIA	DATA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
MECANISMO DE CÁLCULO	SERÁ ANALISADO SE TODOS EXAMES SOLICITADOS FORAM REALIZADOS, ENTREGUES NO PRAZO ESTIPULADO E DENTRO DO MÊS DA FATURA  CÁLCULO 1: NÚMERO DE EXAMES SOLICITADOS/ NÚMERO DE EXAMES REALIZADOS= Y

	CÁLCULO 2: NÚMERO DE EXAMES SOLICITADOS/ NÚMERO DE EXAMES ENTREGUES NO PRAZO= Z  CÁLCULO 3: MÉDIA DE Y E Y= X
FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO	SE X ATÉ 1,10= 100% DO VALOR DA FATURA SE X DE 1,10 A 1,50= 90% DO VALOR DA FATURA SE X DE 1,50 A 2,0= 80% DO VALOR DA FATURA
SANÇÕES	SE ACIMA DE 2,0= MULTA DE 2% DO VALOR DO CONTRATO SE ACIMA DE 3,0= MULTA DE 5% DO VALOR DO CONTRATO
OBSERVAÇÕES	

REFERÊNCIA: INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017 (Atualizada)

- 15.1.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 15.1.3. A realização de todos exames solicitados dentro do mês faturado;
- 15.1.4. A realização de todos exames dentro do prazo estipulado.
- 15.2. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 15.2.1. não produziu os resultados acordados;
- 15.2.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 15.2.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

#### 16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 16.1. A emissão da NOTA FISCAL deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 16.2. Mensalmente a contratada emitirá uma FATURA com os nomes dos pacientes, dos quais foram enviadas as amostras, e seus respectivos exames realizados, e o valor de cada exame. A fatura é revisada e corrigida por um servidor designado utilizando o sistema utilizado pelo Laboratório Rômulo Rocha. É verificado se cada exame que consta na fatura da contratada foi entregue e se houveram exames que não foram realizados. Após a correção é solicitada a emissão da Nota Fiscal.
- 16.3. No prazo de até 05 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 16.4. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 16.4.1. A contratante realizará conferência minuciosa de todos os exames realizados, por meio da fatura enviada pela contratada, por servidores competentes, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os exames que foram solicitados com os que foram de fato entregues.
- 16.4.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento (mensal), o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 16.4.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar às suas expensas, no todo ou em parte, os exames que não estiverem dentro dos padrões de qualidade exigidos.
- 16.4.1.3. No prazo de até 05 dias úteis a partir do recebimento da fatura pela CONTRATADA, o fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 16.4.1.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 16.4.1.5. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 16.4.1.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 16.4.2. No prazo de até 05 dias úteis a partir do recebimento provisório dos serviços, relatada em fatura emitida pela contratada, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 16.4.2.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 16.4.2.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 16.4.2.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, *com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto*.
- 16.4.3. A emissão da Fatura para correção, que caracteriza pelo recebimento provisório, e o recebimento definitivo, com a solicitação da emissão da Nota Fiscal pela Contratada será feita mensalmente até o encerramento do contrato.
- 16.4.4. O prazo para recebimento definitivo será de 05 dias úteis.
- 16.4.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser refeitos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16.7. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Avaliação.

**16.8. Dados para emissão da Nota Fiscal de Serviços**

Nome: ..... UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
Endereço: ..... Campus II – Samambaia, Goiânia – GO.  
CEP: ..... 74.690-900  
CNPJ: ..... 01.567.601/0001-43  
Inscrição Estadual: ..10.210.590-1 -Isenta  
Fone:.....(62) 3521 – 1015

16.8.1. Para agilizar o processo de pagamento, devem ser informados na Nota Fiscal os dados bancários da Contratada (se possível).

**17. DO PAGAMENTO**

17.1. A emissão da Nota Fiscal será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência;

17.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal com o valor exato dimensionado;

17.3. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura;

17.3.1. Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada;

17.3.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.3. Os pagamentos serão realizados somente via ordem bancária e, de acordo com a tramitação formal, não sendo reconhecidos quaisquer outros tipos de documentos de cobrança, tais como duplicatas, boletos e/ou outros tipos de títulos. A responsabilidade pela baixa de qualquer cobrança apontada em cartórios de títulos e protestos ou equivalentes, será de total responsabilidade da Contratada.

17.3.4. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.4.1. O prazo de validade;

17.4.2. A data da emissão;

17.4.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

17.4.4. O período de prestação dos serviços;

17.4.5. O valor a pagar; e

17.4.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.6.1. Não produziu os resultados acordados;

17.6.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.13.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.14. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

17.16.

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

I = (6/100)/365

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100)/365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.
----------	-----------------	---

## 18. DO REAJUSTE

18.1. Nos termos do Parecer nº 00001/2016/CPLCA/CGU/AGU não cabe reajuste, repactuação ou reequilíbrio econômico em relação à Ata de Registro de Preços, uma vez que esses institutos estão relacionados à contratação (contrato administrativo em sentido amplo).

18.2. A presente contratação será viabilizada por intermédio da celebração da ata de registro de preços, não haverá celebração de contrato administrativo, o qual será substituído por emissão de instrumento equivalente, a saber: nota (s) de empenho, desta forma portanto não haverá reajuste, nos termos do Parecer da Advocacia Geral da União citado no subitem anterior.

18.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

## 19. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução por se tratar de serviço de baixa complexidade.

19.1.1. A garantia dos serviços, objeto desta contratação, é a garantia legal, prevista no Artigo 24 caput, e 26, inciso I ou II do Código de Defesa do Consumidor- Lei 8.080 de 11 de setembro de 1990.

## 20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Fraudar na execução do contrato;
- Comportar-se de modo inidôneo;
- Cometer fraude fiscal;

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I - **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

II - **Multa**:

a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

f) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

III - **Suspensão de licitar** e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV - **Impedimento de licitar** e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

V - **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3. As sanções previstas nos subitens acima poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.6.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.6.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.6.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.9. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.15. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.**

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3. Os critérios de **qualificação técnica (Habilitação)** a serem atendidos pelo fornecedor serão:

21.3.1. Alvará/Licença Sanitária do Município Sede da proponente emitido pela Vigilância Sanitária Local;

21.3.2. Registro e Certidão de Regularidade do Responsável técnico no respectivo Conselho de classe, conforme inciso I do art. 30 da Lei 8.666/93;

21.3.3. Registro do Laboratório no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES);

21.3.4. Comprovação de Certificações e/ou inscrição em Programas de Controle Externo de Qualidade;

21.3.5. Relação Explícita e Declaração Formal de infraestrutura disponível necessária para atender ao serviço;

21.3.6. Atestado de Capacidade Técnica disponível para atender o serviço;

21.3.7. Procedimentos operacionais padrão (POP) referente à: Retirada, transporte, recebimento, triagem, separação das amostras e realização dos exames terceirizados do Laboratório Rômulo Rocha, e procedimentos para emissão e entrega dos resultados.

21.3.8. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

21.3.8.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

a) Deverá haver a comprovação da experiência de 5 (cinco) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 5 (cinco) anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

21.3.8.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

21.3.8.3. *Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.*

21.3.8.4. *Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.*

21.3.8.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

21.4. **Os critérios de aceitabilidade de preços serão:**

21.4.1. Valor Global Máximo Aceitável para o GRUPO 01: R\$ 653.857,40 (seiscentos e cinquenta e três mil oitocentos e cinquenta e sete reais e quarenta centavos).

21.4.2. Valores unitários máximos aceitáveis: conforme detalhes da Tabela 1 deste Termo de Referência.

21.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço unitário por item, sendo que para efeito de classificação das propostas de preços dos fornecedores será considerado o valor resultando para o Grupo único desta Licitação.

21.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## 22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

22.1. O custo estimado da contratação é aquele previsto no subitem 1.1.1, deste instrumento.

22.2. Tais valores foram obtidos considerando os Valores da Tabela SIGTAP (TABELA SUS) (fonte: Sistema de gerenciamento da Tabela de procedimentos, medicamentos e OMP do SUS, disponível em: <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp>).

22.3. Os preços médios unitários de cada item ofertado deverão iguais ou inferiores àqueles constantes da Coluna denominada: "VALORES UNITÁRIOS MÁXIMOS ACEITÁVEIS", sob pena de desclassificação da proposta de preços, após esgotada a fase de negociação entre o(a) pregoeiro(a) e o representante da licitante.

## 23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

23.1. O Laboratório Rômulo Rocha conta com recursos captados diretamente, por meio do convênio com a Secretaria Municipal de Saúde. Além disto, a contratação de um Laboratório de Apoio está prevista no planejamento do Laboratório Rômulo Rocha para 2022/2023 e é necessária para atender a parceria firmada entre a Universidade Federal de Goiás e a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Goiânia para atendimento dos pacientes do SUS pelo prazo de 12 (doze) meses.

## 24. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

24.1. A execução dos serviços será iniciada após a publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial da União e, mediante emissão de Nota de Empenho.

Goiânia, 28 de fevereiro de 2023.

**Farma. Dra. THALYTA RENATA ARAÚJO SANTOS**

Coordenadora do Laboratório Rômulo Rocha/UFG

### APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O Estudo Técnico Preliminar (Doc. SEI nº 3509762) , será publicado compactado como um dos anexos do edital da licitação, quando da divulgação desta licitação, no endereço eletrônico: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).





Documento assinado eletronicamente por **Thalyta Renata Araújo Santos, Coordenadora**, em 01/03/2023, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3552693** e o código CRC **8F8659E5**.